

## AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail [recursoscontinuos@dirbi.ufu.br](mailto:recursoscontinuos@dirbi.ufu.br).

**HELOÍSA ROSA E SILVA**

**PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL EM  
UBERLÂNDIA: SEUS PROBLEMAS, SEUS ANSEIOS E  
SUA LUTA PELA CONQUISTA DA DIGNIDADE HUMANA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA COMS  
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)  
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.  
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

1.544

S.9  
C

24x5

**Uberlândia, 1999**

1544

**HELOÍSA ROSA E SILVA**

**PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL EM  
UBERLÂNDIA: SEUS PROBLEMAS, SEUS ANSEIOS E  
SUA LUTA PELA CONQUISTA DA DIGNIDADE HUMANA**

Monografia apresentada como exigência para conclusão do curso de Bacharelado em História, à Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Christina da Silva Roquette Lopreato.

Uberlândia, 1999

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Christina da Silva Roquette Lopreato

---

Prof<sup>a</sup>. Ms Gizelda Costa da Silva Simonini

---

Prof<sup>a</sup>. Ms Maria de Fátima R. Almeida

*Aos meus pais (in memória)  
e as minhas filhas*

## **Agradecimentos**

- *Agradeço à minha orientadora prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup>. Christina da Silva Roquette Lopreato, pelo seu apoio e incentivo para realização desta monografia.*
- *Agradeço ao prof. Dr. Paulo Almeida pela sua compreensão, respeito e incentivo durante toda a graduação.*
- *Agradeço à prof<sup>ra</sup>. Ms Gizelda Costa da Silva Simonini, pelo seu empenho, luta e conquista para melhoria das condições de vida acadêmica do portador de deficiência visual na UFU.*
- *Agradeço também à todos os professores que fizeram parte de minha vida acadêmica, em especial às professoras Eloisa, Maria de Fátima, Maria Clara e Vera Puga, e os professores João Marcos Além e Alcides Freire Ramos.*
- *Agradeço aos meus colegas de curso Norma, Cristiane, Antonitte e Luziano.*
- *Os meus sinceros agradecimentos à Rosineide, funcionária da biblioteca da UFU, pela sua dedicação e contribuição através das suas leituras e preparo de material didático.*
- *Agradeço à funcionária Selma da biblioteca Pública Municipal de Uberlândia, pela sua dedicação e apoio.*
- *Agradeço aos meus irmãos e irmãs, e também às minhas queridas filhas.*
- *Enfim, agradeço ao meu companheiro Lázaro pela sua compreensão e incentivo nas horas difíceis da minha vida acadêmica.*

# **ÍNDICE**

|                                                               |           |
|---------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                       | <b>08</b> |
| <b>CAPÍTULO I</b>                                             |           |
| <b>AS INSTITUIÇÕES .....</b>                                  | <b>12</b> |
| <b>CAPÍTULO II</b>                                            |           |
| <b>ENTREVISTAS COM PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL .....</b> | <b>27</b> |
| <b>CAPÍTULO III</b>                                           |           |
| <b>A FAMÍLIA DO DEFICIENTE VISUAL .....</b>                   | <b>33</b> |
| <b>CAPÍTULO IV</b>                                            |           |
| <b>EDUCAÇÃO .....</b>                                         | <b>38</b> |
| <b>CAPÍTULO V</b>                                             |           |
| <b>MERCADO DE TRABALHO .....</b>                              | <b>43</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                             | <b>45</b> |
| <b>FONTES .....</b>                                           | <b>50</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>                                     | <b>51</b> |

# INTRODUÇÃO

Na moderna sociedade industrial e tecnológica, a individualidade do ser humano se dilui na massificação. Há um conjunto de padrões culturais que definem as pessoas como "normais". Estes padrões vêm freqüentemente associados à capacidade produtiva, numa organização sócio-econômica fundamentada na geração e acumulação do lucro.

De certo modo, quem escapa a estes padrões é discriminado e o deficiente se sente muitas vezes um peixe fora d'água. O avanço da ciência e do conhecimento humano já demonstrou que a deficiência não é uma "desgraça" nem um "castigo". Mas a sociedade ainda tem muita dificuldade de lidar com a diferença.

Não se pode fazer de conta que a deficiência não existe. Se tratarmos um deficiente como se ele não o fosse, estamos desrespeitando sua condição. Não é justo superestimar suas dificuldades, tampouco subestimá-las.

Cabe à sociedade aprender a conviver com a deficiência. Respeitando o deficiente como todo ser humano merece ser respeitado. E contribuindo para que ele acredite em si mesmo, encare o mundo com altivez e participe da vida como um ser social, assumindo sua individualidade.

Em Uberlândia, a falta de integração do deficiente, e em particular do deficiente visual, se deve também ao fato de não existir nenhuma escola ou entidade capaz de proporcionar aos cegos uma atividade educacional que lhes permita o desenvolvimento psicomotor e intelectual, para que os mesmos possam se inserir no meio social como indivíduo comum, com desejos e necessidades

como qualquer outra pessoa e também se inserir também no mercado de trabalho, se não <sup>à</sup> ao mesmo nível de igualdade, mas que pelo menos <sup>para</sup> reduza essa disparidade existente entre o cego e uma pessoa vidente.

A mentalidade social também ainda está por se transformar. O que temos hoje na sociedade capitalista é a supervalorização da vida material, ou seja, a riqueza, a beleza, o prazer, etc., mas estes não podem ser os únicos valores a se considerar. Esse tipo de valorização social se transforma num forte meio de segregação e marginalização dos cegos, pois, ao se valorizar a imagem e a beleza, os cegos se encontram excluídos deste processo por duas razões. Primeiro, por não corresponderem ao padrão de beleza cultivado. Eles representam a feiura, oferecem aos que vêem, um "espetáculo degradante". Segundo, uma vez que não exergam, não conseguem perpetuar o que a sociedade tanto difunde, cultiva e valoriza. Portanto, tudo que é "diferente" e não se enquadra nesse meio social é excluído dele.

Nesta sociedade, a competitividade e o egoísmo dominam os seus participantes; o homem perde a sua essência humana, ou seja, a essência de ser social. As pessoas que apresentam alguma dificuldade <sup>para</sup> de conquistarem o seu espaço são devoradas pelo sistema e colocadas à margem, esquecidas. O deficiente torna-se potencialmente desigual em relação aos outros homens. Tornando-se desigual, é segregado.

Diante desta realidade, sentimos a necessidade de resgatar a condição humana de um grupo que se encontra à margem da sociedade, e infelizmente ainda não é reconhecido como pessoa humana na sua plenitude. O deficiente ainda é visto apenas como uma coisa viva biologicamente, mas morta ou inútil dentro das relações sociais.

O deficiente perde sua condição humana diante da sociedade, a partir do momento em que não é considerado um "igual" pela mesma. Se a sociedade é formada por homens, e se o deficiente não é igual, logo ele deve ser um animal ou um inseto inútil, desagradável, feio, que deve ser mantido fora do convívio social, escondido em locais especialmente criados para ele, longe da sociedade. O próprio deficiente, muitas vezes, acaba caindo nesta armadilha, ele próprio não se sente completo; mas isto é perfeitamente explicável, uma vez que a sociedade o exclui e não o considera como participante ativo, e sim como um ser inferior, improdutivo e incapaz.

Nesse sentido, tentarei nesse trabalho discutir a realidade atual do deficiente visual em Uberlândia: quantos são, como vivem, quais são suas perspectivas de vida; a discriminação e a rejeição do deficiente na educação, no trabalho; seu acesso ao esporte, lazer e cultura.

A discriminação na sociedade e na própria família. Como se processa a relação da família e sua atitude diante de um parente deficiente; superproteção ou rejeição? E quais as suas conseqüências?

A família é o primeiro ponto de referência e o suporte para que o deficiente se desenvolva normalmente. Porém, muitas vezes, a própria família é a primeira a discriminar.

Com relação à profissionalização, tentarei perceber quais são as expectativas do deficiente visual, diante do problema de rejeição no mercado de trabalho e as dificuldades de acesso ~~às~~<sup>ao</sup> conhecimento, levando em consideração a cidade de Uberlândia, que praticamente não possui nenhuma infra-estrutura que possa viabilizar uma melhoria nas suas condições de vida.

Diante da problemática dos cegos em Uberlândia, analisar a condição de submissão em que se encontram perante a sociedade, que lhes impõe, delimita e controla seu espaço.

# CAPÍTULO I

## AS INSTITUIÇÕES

### ASSOCEGU

Até o ano de 1973, não havia, na cidade de Uberlândia, qualquer trabalho especificamente voltado para o portador de deficiência visual, seja de ordem material, educacional ou oftalmológica. Caso necessitasse de alguma assistência, o deficiente deveria recorrer a outros centros.

Movido por esta situação e pelo desejo de revertê-la, um grupo de deficientes visuais, dentre eles Luzia ~~aparecida~~ Santana, Luzia Nunes de Moraes e Hilda Neves de Moraes, juntou-se a outros segmentos da sociedade uberlandense (Lyons, por exemplo) a fim de se organizarem, visando viabilizar um trabalho efetivamente direcionado às suas necessidades (dos cegos).

Fruto deste esforço, a 10 de junho de 1973 nasce a ASSOCEGU – Associação dos Cegos de Uberlândia, com o objetivo de, na forma de seus estatutos, propiciar aos cegos e deficientes visuais:

- Condições de sociabilidade;
- Reajuste ao meio ambiente;
- Instrução e cultura;
- Profissionalização e trabalho;
- Assistência às suas necessidades alimentares e médico-hospitalares.

Em síntese, pretendia-se criar condições de integração e tornar os deficientes aptos a competirem em igualdade de condições com os videntes na luta pela subsistência.

As reuniões iniciais ocorreram na residência do Sr. Crezo Gonçalves Damasceno, onde foi elaborado o estatuto da ASSOCEGU. De acordo com as normas estatutárias, elege-se a primeira diretoria que se constitui também na comissão organizadora da Instituição.

O presidente eleito, o Sr. Adelírio Peixoto, cede sua residência para que a ASSOCEGU inicie suas atividades. Ali permanece até sua mudança para a Rua Santos Dumont e posteriormente para a Avenida Afonso Pena. Desenvolvem-se, nesse período, atividades pedagógicas direcionadas aos cegos e alguns eventos para angariar fundos para a construção da sede própria, uma vez que o terreno já havia sido cedido pela Prefeitura Municipal.

A 28 de agosto de 1977 ocorre o lançamento da pedra fundamental da sede, quando já se contava com a inscrição de 32 deficientes e 75 associados, cujas contribuições financiavam as atividades em desenvolvimento. Porém a sede própria só foi inaugurada oito anos depois, no dia 11 de setembro de 1985, a Av. Segismundo Pereira, 1375 no Bairro Santa Mônica.

A ASSOCEGU desenvolvia as seguintes ações na área de deficiência visual:

- Biblioteca Braille
- Centro de Documentação
- Serviços de Apoio a Alunos Integrados na Ensino Regular
- Alfabetização Braille

- Treinamento em AVD (atividades da vida diária) e AVP (atividades de vida Prática)
- Reintegração dos Deficientes Visuais no Mercado de Trabalho.

As pessoas responsáveis pelo funcionamento da entidade eram:

Hélio Carlos Caetano - Presidente

Alice Ferreira de Souza - Diretora

Lázaro Olavo Silva - Diretor Executivo

Heloísa Rosa e Silva - Professora

Maria José da Silva - Professora

Cleusa Maria de Souza - Professora

Luzia Aparecida Santana - Professora

Nesse período, a Instituição passava por graves dificuldades financeiras, que foram minimizadas com a passagem para as instalações próprias, livrando-a dos aluguéis. Entretanto, problemas decorrentes da crise financeira continuavam sendo vividos. Muitas tentativas foram feitas para estabelecer convênio com o Município e o Estado, a fim de garantir mão-de-obra para desenvolver um trabalho compatível com os objetivos propostos. A ansiedade dos deficientes por capacitação profissional era grande e, por isso, os mesmos pressionavam a instituição.

Na impossibilidade de realizar algo melhor, criou-se uma fábrica de vassouras que absorveria parte daquela mão-de-obra disponível. Essa iniciativa não foi bem sucedida, não porque o produto fosse de má qualidade, mas porque

faltava mercado para o produto. Assim, a fábrica teve que encerrar suas atividades e, novamente deficientes desempregados e revoltados. Restava-lhes como trabalho apenas a área educacional, onde atuavam concursados pela prefeitura e cedidos à ASSOCEGU.

Sem recursos financeiros, sem condições de pagar os poucos profissionais que nela atuavam, a instituição passa por momentos angustiantes e era preciso mantê-la viva. Foi então que eu e outras professoras tomamos consciência da gravidade da situação e procuramos mobilizar os deficientes, para buscarmos recursos. Apelamos para a ajuda de políticos, que no momento pleiteavam a Prefeitura e, com esse apoio, foram pagos os funcionários da fábrica que fora fechada.

Iniciava-se uma nova fase na história da ASSOCEGU, uma história de sonhos que aos poucos desmoronavam com as crises, pois viviam acuados pela falta de recursos e dependendo de filantropia e de uma verba municipal insuficiente. O então presidente da Associação, Hélio Carlos Caetano, deu liberdade de ação para os profissionais que ali trabalhavam, do qual eu fazia parte, para que juntos buscássemos recursos nos âmbitos municipal e estadual. Mas, naquele momento, as coisas começaram a encaminhar no sentido de unimos forças com outras instituições existentes na cidade. Contraditoriamente, as rixas políticas e as divergências entre os próprios deficientes não permitiram concretizar esta união. Entendíamos que era necessária a união para que os recurso não se dispersassem e pudessem atingir o objetivo essencial: o deficiente, o qual estava sendo esquecido em meio a tantas discórdias.

relações  
intimas  
na ASSOCE-  
GU

Assim, a ASSOCEGU, única instituição com sede própria nesta cidade, com trezentos deficientes inscritos, não possuindo condições concretas de

desenvolver as atividades a que se propunha, encerrou seus trabalhos em 30 de novembro de 1995. No mesmo local o Projeto Ensino Alternativo, do qual também faço parte, inicia suas atividades.

Em função deste quadro de dispersão de recursos e de conflito entre instituições e entre as pessoas envolvidas que, entendendo ser a cidade de Uberlândia muito pequena para comportar tantas instituições com o mesmo objetivo. O deficiente visual precisa de um trabalho conjunto, centralizado, provido de um aparato que permita desenvolver todo o seu potencial.

O deficiente visual necessita ser trabalhado como um todo, a exemplo, podemos citar instituição como Benjamin Constant situada na cidade do Rio de Janeiro que desenvolve um belíssimo trabalho.

O trabalho com o deficiente visual não pode ser visto por parte, e necessário que haja todo um amparo para desenvolver seu potencial, por causa disso, a ASSOCEGU, que era a única instituição de cegos em Uberlândia com sede própria e tinha inscrito aproximadamente 300 deficientes, não conseguindo se manter com condições para tal atendimento, encerrou seu trabalho no dia 30/11/94, cedendo seu espaço físico à prefeitura, através de um contrato de comodato com validade de 10 anos para que a mesma desse continuidade ao trabalho educacional que a ASSOCEGU vinha desenvolvendo, em 02/02/95 o projeto Ensino Alternativo do qual eu faço parte inicia seu trabalho na sede da ASSOCEGU.

## ADEVITRIM

A Associação dos Deficientes Visuais do Triângulo Mineiro foi fundada em setembro de 1984, tendo como objetivo a integração social do portador de deficiência visual através do esporte. Seu fundador foi Vital Severino Neto natural de Campina Verde, portador de deficiência. Essa Instituição surgiu do desejo de portadores de deficiência visual de praticarem esportes como forma de lazer, uma vez que sentiam-se ociosos e viam no esporte uma maneira de extravasar-se.

Esse grupo era composto de deficientes que estavam empregados em alguns setores da Universidade Federal de Uberlândia, outros em empresas privadas e ainda, ~~havia~~ outros que estavam desempregados. A ADEVITRIM viveu nos anos de 1984 e 1985 grandes momentos, marcados por competições no Rio de Janeiro, no Triângulo Mineiro e até mesmo no exterior. Os esportes oferecidos na época eram, atletismo, natação, jogos de futebol de salão, entre outros.

A UFU cedia seu espaço físico e estagiários para a realização de treinamentos ~~para os~~ deficientes, pois a Instituição não possuía sede própria e as reuniões eram realizadas no Campus da Educação Física ou em casa dos membros. Hoje a ADEVITRIM tem como sede um espaço físico emprestado pelo Centro de Estudos Supletivos – CESU - situado à rua Belém, onde seus membros reúnem-se, realizam jogos, fazem cursos de tapeçaria, etc..

A ADEVITRIM vive do sistema de filantropia e conta com uma subvenção ~~anual~~ repassada pela Prefeitura de Uberlândia, sendo que a Instituição possui um secretário e uma funcionária cedida ~~pela~~ secretaria de Ação Social, da Prefeitura Municipal, que faz o trabalho com portadores de deficiência visual filiados a

ADEVITRIM, PRÓ-LUZ e comunidade, trabalhando especificamente a natação. A profissional que trabalha com estes deficientes é graduada em Educação Física e está concluindo o mestrado em Educação Especial.

O grupo de deficientes que deu início as atividades dessa Instituição, aos poucos foi se desfazendo, sendo cada membro obrigado a sair em busca de recursos próprios para se capacitar para o trabalho, pois a associação não contava com tais recursos e, portanto, não tinha condições de ampliar seu atendimento no sentido de capacitar seus membros para inseri-los no mercado de trabalho, uma vez que tinha como único objetivo trabalhar o esporte.

Nesse sentido, o presidente da Entidade, Severino Neto, ao ser convidado a representar os deficientes visuais junto ao MEC, propôs aos membros fundadores sua dissolução, no sentido de uni-la a ASSOCEGU, para que ambas pudessem desenvolver um trabalho mais amplo com o portador de deficiência visual. Porém, sua proposta não foi aceita pela maioria dos membros, que optaram pela permanência da Entidade de forma isolada, a qual permanece até os dias de hoje, exercendo suas atividades voltadas para o esporte.

Atualmente a Instituição oferece como esporte o golball, futebol de salão, natação e atletismo, competindo em diversos lugares do país. Estes esportes seguem as regras da Associação Brasileira de Desportos para Cegos, a ABDC, cujo presidente é o fundador da ADEVITRIM, Vital Severino Neto. Este presidiu também o Primeiro Mundial de Futsal para Cegos e Deficientes Visuais, que aconteceram em Paulínia/SP entre 17 e 28 de setembro de 98. Este Mundial chama atenção por ter gerado uma grande polêmica, envolvendo questões quase sempre esquecidas no esporte, como identidade social, preconceito e paternalismo. Os atletas, acostumados a seguir regras próximas ao futsal

convencional, consideram que as concessões criadas para a categoria os prejudicavam socialmente, sendo que três regras monopolizavam as reclamações: a que prevê bandas (muretas) nas laterais da quadra para evitar a saída da bola; o acréscimo de uma pessoa orientando o time fora do campo (O “chamador”); e a obrigatoriedade para os jogadores de avisarem, com gritos, que irão disputar uma bola, como forma de evitar choques”.<sup>1</sup>

Com estas regras, surgiram divergências entre dirigentes e atletas. De um lado, os dirigentes falam que elas têm o sentido de dar segurança aos atletas, reduzindo o risco de acidentes e tornando o jogo mais dinâmico. De outro lado, os atletas, que acham que com estas regras o jogador fica robotizado, teleguiado, quando a idéia é torná-lo mais independente possível.

## PRÓ-LUZ

A FUNDAÇÃO PRO LUZ DE UBERLÂNDIA, fundada em agosto/89, é uma instituição sem fins lucrativos. Atende o deficiente visual desde o nascimento até os 16 anos de idade, sob os aspectos oftalmológico, educacional e sócio-emocional do portador de deficiência e da família, com objetivo de integrá-lo à sociedade. Trabalha o indivíduo como um todo, propiciando-lhe a utilização máxima de seu potencial.

A Entidade atende cerca de 63 ( sessenta e três) crianças de Uberlândia e de cidades vizinhas como Monte Carmelo, Araguari, Nova Ponte, Catalão, Canápolis, Santa Vitória.

---

1 Folha de São Paulo, 13 de setembro de 1998 Caderno de Esporte, p.06

A instituição vive de filantropia, e há 2 anos, aproximadamente, conta com um convênio com a Prefeitura Municipal de Uberlândia que tem custeado todo seu funcionamento desde pagamento dos funcionários e aluguel do imóvel onde a sede está instalada; com o apoio do Rotary Club, e de empresas de Uberlândia na realizações de campanhas para aquisição de material necessário ao bom desempenho de suas funções, uma vez que a instituição preocupa-se especificamente com o atendimento de portadores de visão sub-normal, o qual requer aparelhagem de alto custo. Ainda conta com voluntários que estão sempre prontos a colaborar no atendimento aos deficientes.

*então  
presta  
to do  
cooper  
to*

A coordenadora pedagógica, desta instituição, Maria de Fátima, relatou-me que um dos maiores problemas enfrentados é o fato da instituição não possuir sede própria e não ter espaço físico adequado à realidade do deficiente, ou seja, inúmeras atividades necessárias à formação social, intelectual e psicomotora do deficiente deixam a desejar por falta do espaço físico para realização da mesma.

Para o exercício de suas funções, a Pró-Luz têm o seguinte quadro de funcionários.

1 - Coordenadora pedagógica

2 - Psicólogas

2 - Professoras

1 - Secretária

1 - Office Boy

1 Diretora Geral, que faz o trabalho de conectar com empresas, pré avaliação oftalmológica e outros.

## CESU

O Centro de Estudos Supletivos de Uberlândia – CESU – é uma Instituição de ensino de primeiro e segundo graus, que trabalha com adolescentes e adultos que não estudaram, ou não conseguiram terminar seus estudos em idade regular, atendendo-os conforme seu grau de escolaridade e suas potencialidades. Para isto, conta com metodologia e materiais apropriados, a fim de que, em ritmo próprio, possa esses alunos recuperar a defasagem escolar desses alunos. O CESU tem como particularidade o ensino não seriado.

Dado o método utilizado que permite que cada aluno caminhe em ritmo próprio, um número significativo de deficientes visuais passou a procurar a escola. A experiência mostrou que, apesar da compatibilidade do método empregado com as necessidades do deficiente, seriam imprescindíveis recursos materiais e humanos especializados.

Em 1990 foi criado no CESU a Sala de Recursos, que tem como objetivo:

- Proporcionar aos alunos portadores de deficiência visual um programa educacional eficaz, compensados pelos recursos e adaptações de um ensino especializado, sem prejuízo dos conteúdos mínimos exigidos para o nível de escolaridade e integração a que tem direito;
- Garantir o apoio pedagógico especializado aos alunos deficientes visuais do CESU e aos de outras escolas que necessitem de adaptação e recursos didáticos especiais para sua aprendizagem;
- Preparar e adaptar os materiais específicos conforme a necessidade do aluno;

- Contribuir na suplementação de aula;
- Mobilizar suportes psicossociais para a integração e participação ativa do deficiente visual na sociedade.

O atendimento aos deficientes se faz de segunda a sexta-feira, nos períodos de 7:30 às 11:00 e das 13:30 às 17:00, numa dinâmica condizente com as necessidades e prioridades do aluno e com o material disponível.

O atendimento em grupo é organizado de acordo com os conteúdos a serem complementados e as dificuldades que cada aluno apresenta na sala comum. Portanto, esta alternativa de atendimento exige uma atuação cooperativa entre todos os elementos envolvidos no trabalho.

Os deficientes recorrem à Sala de Recursos não só para o acompanhamento escolar, mas para a utilização de equipamentos e desenvolvimento de atividades que lhes permitam maior domínio dos conteúdos a serem estudados, tais como:

- Instruções em Braille;
- Treinamento sensorial e perceptivo, além da escrita comum;
- Transcrição de provas, textos e exercícios para o Braille e vice-versa;
- Pesquisa na Biblioteca Braille;
- Utilização da máquina Perkins Braille e de datilografia comum;
- Ampliação de textos, exercícios ou provas para portadores de visão subnormal;
- Treinamento técnico no Cubarítimo e Soroba (material para estudo da matemática));

- Discussão de experiências auditivas e táteis que subsidiam a aprendizagem;
- Utilização do livro falado (fitas gravadas).

Encontra-se em execução um atendimento especializado com base nos processos de socialização, autonomia, potencialidades profissionais e outras habilidades como estratégia educacional de integração e satisfação pessoal.

Há que se destacar a importância do trabalho desempenhado pelo CESU/Sala de Recursos, uma vez que não confina o deficiente em salas especiais, mas o coloca em salas comuns oferecendo-lhe atendimento especializado a fim de não só superar suas dificuldades de estudo, mas também busca integrá-lo à sociedade procurando exercitá-lo em seu direito à cidadania.

## ENSINO ALTERNATIVO

O Ensino Alternativo, programa Básico Legal da Secretaria Municipal de Educação, iniciou-se em 1992 tendo como objetivo principal a escolarização e integração da pessoa portadora de deficiência no Ensino Regular.

Este programa é tido como um dos projetos mais onerosos para a Secretaria Municipal de Educação, e também o mais arrojado Programa de Educação Especial do país. Em cada uma das escolas atendidas pelo programa, existem profissionais de educação preparados para oferecer atendimento individualizados, a cada tipo de deficiência e também atendimento para casos mais difíceis de se trabalhar no Ensino Regular.

Esses profissionais recebem quinzenalmente Cursos de Capacitação no núcleo do Ensino Alternativo para o exercício de suas funções.

Ao iniciar o projeto, o Ensino Alternativo visava atender à todas as escolas da rede municipal, compreendendo o total de 27 escolas, exceto as escolas de alfabetização por ter uma demanda pequena de alunos com deficiência. Quando isso ocorria, as escolas requisitavam um suporte para esses alunos.

Hoje, em virtude da crise que afeta todo sistema educacional, esse número foi reduzido para 12 escolas. O programa atende a 482 alunos, sendo que 48 são portadores de visão sub-normal e cegueira, para os quais são realizados atendimentos com professores de Braille e visão sub-normal.

#### Ações Desenvolvidas pelo Ensino Alternativo na Área de deficiência Visual

- Elaboração de projetos pedagógicos, planos de ação e metodologia de ensino adaptados de acordo com cada deficiência ou dificuldade
- Adaptação de cartilhas, livros de literatura e provas em Braille
- Ensino de Braille para pais, alunos e professores
- Realização de seminários e congressos sobre a Educação Especial.

Para realização dessas funções, o Ensino Alternativo conta com 05 profissionais portadoras de deficiência visual, que atende a cada escola priorizando aquelas com maior quantitativo de alunos deficientes.

## BIBLIOTECA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

A Biblioteca Municipal de Uberlândia também realiza um trabalho de assistência ao portador de deficiência visual. A Sala Braille iniciou seus trabalhos em 1993, já que era um antigo anseio da Prefeitura Municipal de Uberlândia, tendo como pioneiros à frente destes trabalho José Rosetti, portador de deficiência visual, e a professora Virginia, hoje coordenadora.

Em janeiro de 1995, teve início o trabalho de visitas domiciliares em busca de novos adeptos para desfrutar dos atendimentos propostos, assim como as gravações em fitas cassetes de livros e apostilas para beneficiar a clientela freqüente à sala.

Em 20/09/96, inaugurou-se oficialmente a Sala Braille, quando recebeu o nome de Sala Braille Inhazinha Vilela. A Sala Braille tem como objetivo principal oportunizar aos portadores de deficiência visual melhores condições de vida, dando-lhes apoio pedagógico e maior autonomia social e intelectual. A efetivação deste projeto contribui para a melhoria de prestações de serviços ao deficiente visual atendendo aos seus próprios interesses.

A Sala atende o deficiente visual total, parcial e com deficiência associada (deficiência visual e deficiência mental leve).

### ATIVIDADES REALIZADAS:

- Empréstimo domiciliar de:
- Livros em Braille ou falados.
- Periódicos em Braille ou falados.

- Livros e periódicos especializados.
  
- Leitura à viva-voz - Serviço Voluntariado
- Gravações - feitas por leitores voluntários em fitas cassetes
- Transcrição de apostilas para o Sistema Braille para a escrita comum.
- Apoio à Orientação e Mobilidade - Atende a necessidade imediata de alguns usuários, no direito de ir e vir.
- Apoio pedagógico - aulas dos diversos conteúdos, ministrados por funcionários e voluntários.

Os funcionários que trabalham ligados à Sala Braille estão sempre abertos à mudança, num movimento que revê posturas e tem uma maneira inovadora de pensar, participando de eventos referentes à área de atuação.

A Sala mantém intercâmbio com entidades nacionais e internacionais, fator de grande importância para a troca de materiais e de informações.

## **CAPÍTULO II**

### **ENTREVISTAS COM PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL**

As entrevistas foram feitas com portadores de deficiência visual (com perda total ou parcial de visão) associados nas diversas instituições da cidade de Uberlândia.

#### **Ricardo Ferreira de Souza**

Minha primeira entrevista realizou-se no dia 05/12/98, com o Sr. Ricardo Ferreira de Souza, portador de deficiência visual total, adquirida através de Glaucoma, nascido em 14/04/55, na cidade de Porto Ferreira – SP, casado e pai de dois filhos.

Residente à Av. Estrela do Sul, 1151 – Bairro Martins, tem experiência com comércio ambulante e hoje se dedica aos estudos, tendo concluído o 2º grau no Centro de Estudos Supletivos de Uberlândia em 1998. Seu principal objetivo é chegar à Universidade. Para tal tem buscado cursos complementares na Biblioteca Pública Municipal.

O Sr. Ricardo Ferreira de Souza, deixou bem claro sua insatisfação em relação ao trabalho assistencial das instituições. Ao falar da ASSOCEGU, o mesmo referiu-se com muita angústia <sup>do</sup> o trabalho que a instituição desenvolveu em Uberlândia. Ricardo considera que um dos maiores problemas vivido <sup>5</sup> pela

instituição era seu sistema de filantropia que não oferecia condição de desempenhar um bom trabalho. Outra questão é a de seus dirigentes desconhecer<sup>em</sup> as necessidades básicas dos portadores de deficiência visual. Portanto, como teriam estas condições para serem porta-voz dos mesmos?

Segundo Ricardo, o que mais tem afetado o trabalho com deficiente em Uberlândia, é a desunião do grupo, que tem dificultado muito no processo do desenvolvimento intelectual e social do deficiente. O grupo é bastante disperso e não acredita nas pessoas que desenvolvem um trabalho voltado para a classe. Ao falar da ADEVITRIM, Ricardo ressaltou que a instituição era de grande peso para os portadores de deficiência visual, por ter como dirigentes pessoas portadoras de deficiência visual e que, sem dúvida, tinham conhecimento de causa sendo que esses, provavelmente, teriam mais condições de trabalhar pelos mesmos. Mas, infelizmente, esta instituição não obteve êxito por viver, segundo Ricardo, em mãos de pessoas que não se preocupavam muito com o problema da classe, voltando-se apenas para interesses particulares. A instituição, até os nossos dias, teve poucos presidentes, pois considera Ricardo que está havendo dentro da ADEVITRIM um monopólio. A instituição SESU, por sua vez tem grande valor pelo trabalho que vem desenvolvendo com os portadores de deficiência visual, onde é atendido e tem todo apoio que necessita. Ricardo está concluindo o 2º Grau por via Supletivo, todo material adaptado que precisa, encontra na sala de recursos, e além de apoio pedagógico. A PRÓ-LUZ, no seu ponto de vista, tem desenvolvido bom trabalho, embora afirme não conhecer profundamente as atividades desenvolvidas pela PRÓ-LUZ, tendo participado apenas do seu processo inicial quando a instituição fez um recenseamento em Uberlândia para ver o número de deficientes na cidade. Considera também que a Biblioteca

Municipal vem desenvolvendo um brilhante trabalho nesta área, podendo ainda destacar que esta tem dado todo suporte necessário ao deficiente.

Embora não tenha muito conhecimento sobre o ENSINO ALTERNATIVO, afirma que todo material que necessitou, o Ensino Alternativo procurou atendê-lo, dentro de suas necessidades.

### **Luzia Aparecida Neves do Nascimento**

A Segunda entrevista realizou-se no dia 15/01/99, com a senhorita Luzia Aparecida Neves do Nascimento, portadora de visão subnormal, adquirida por atrofia de nervo ótico, nascida em 06/06/68, na cidade de Castelândia – GO, solteira, e vive em companhia de sua mãe e irmã.

Residente à Rua Indianópolis, nº 565 – Bairro Martins, concluiu o 2º grau – Curso Magistério na Escola Municipal Professor Otávio Batista Coelho e hoje se prepara para prestar vestibular e conquistar uma vaga no Curso de Pedagogia na Universidade Federal de Uberlândia.

Sua primeira experiência em relação às instituições foi na ASSOCEGU, onde teve todo apoio necessário. Ali foi alfabetizada no sentido de preparar-se para o ingresso no ensino regular. Acredita que esta instituição tinha tudo para dar certo e isto só não foi possível pelo descrédito dos deficientes. *Nesta* instituição “ADEVITRIM” participou como atleta e dela pode dizer que faz um bom trabalho dentro daquilo a que se propôs: “esporte”. O SESU para ela foi de grande importância, porque foi nesta instituição que concluiu o 1º Grau por via supletivo. Diz Ter *apostado* muito do trabalho desenvolvido pela mesma. Estive algumas vezes visitando a PRÓ-LUZ e acha que a instituição desenvolve um bom trabalho,

mas encontra a mesma dificuldades da Adevitrim e Assocegu, isto é, a falta de recursos. No que diz respeito ao trabalho da Biblioteca, avalia que este seja um bom trabalho, pois toda ajuda que necessitou conseguiu através da mesma com a contribuição de voluntários. Gostaria de dizer que o Ensino Alternativo tem um valor especial pois em momento algum que esteve matriculada na rede municipal, foi negado qualquer tipo de apoio. Avalia como sendo este um dos melhores trabalhos que surgiu em Uberlândia.

### **Maria José da Silva**

A terceira entrevista realizou-se no dia 15/01/99, com a senhorita Maria José da Silva, portadora de deficiência visual total, adquirida por descolamento da retina. Nascida em 10/05/64, na cidade de Uberlândia – MG, solteira e vive em companhia de seus pais.

Residente à R. Inglaterra, nº 721 – Bairro Tibery, concluiu no ano de 1977 o Curso de Pedagogia, pela Universidade Federal de Uberlândia e especialização em 1998.

Atua como professora concursada na rede pública municipal, no programa básico legal do Ensino Alternativo.

Maria José da Silva referiu-se ao trabalho da ASSOCEGU com muito carinho. Pertenceu a instituição como sócia e fez parte do seu quadro de funcionários. Afirmar que a precariedade do trabalho desenvolvida pela mesma decorria do sistema filantrópico, o que dificultava o bom desempenho de suas funções. No que diz respeito a ADEVITRIM, a mesma considera que a instituição vem desenvolvendo bom trabalho, apesar de viver dos mesmos problemas

enfrentados pela ASSOCEGU . Com relação ao trabalho que o SESU vem desenvolvendo avalia como sendo um bom trabalho, uma vez que este contribuiu muito na sua vida acadêmica, atendendo suas necessidades. No que se refere a PRÓ-LUZ afirma desconhecer seu trabalho, embora tenha feito algumas visitas, mas acha que a mesma partilha das mesmas dificuldades que as outras instituições. No que diz respeito <sup>do</sup> trabalho desenvolvido pela Biblioteca Municipal, considero que esta tem desenvolvido um trabalho a contento. Por sua vez, acredita que o Ensino Alternativo está desenvolvendo, em Uberlândia, um bom trabalho com pessoas deficientes em diversas áreas.

### **Lázaro Olavo Silva**

A quarta entrevista realizou-se no dia 16/01/99, com o Sr. Dr. Lázaro Olavo Silva, portador de deficiência visual total, adquirida através de Glaucoma congênito, nascido em 16/04/47, na cidade de Uberlândia – MG, casado, pai de 04 filhos.

Residente à Av. João Bernardes de Souza, nº 298 – Bairro Presidente Roosevelt, concluiu o curso de Direito no ano de 1986, pela Universidade Federal de Uberlândia. Exerce a profissão de advogado e paralelamente administra uma papelaria de sua propriedade.

Considero, que a Assocegu tenha sido a matriz para todo trabalho com o deficiente visual realizado em Uberlândia. Um dos seus problemas, que dificultaram o bom desempenho de suas funções, é que a instituição era dirigida por pessoas que desconheciam os interesses e dificuldades dos deficientes. Outro problema que destaca são as rixas médicas que havia em torno do Banco

de Olhos que, sem dúvida, contribuíram para a criação das outras instituições existentes. Com relação a Adevitrim, diz que embora seus dirigentes sejam conhecedores da causa, desenvolve um trabalho em condições precárias. No que se refere ao Seseu, acho, que este é um sistema falido por abarcar toda rede educacional do estado. Considera que a Pró-Luz tenha surgido apenas em função de interesses particulares de seu fundador, que estava envolvido nas rixas médicas, portanto discordava da filosofia de trabalho da Assocegu. Acho, que a Biblioteca Pública desenvolve um bom trabalho, embora fuja da realidade das outras bibliotecas existentes no país. Com relação ao Ensino Alternativo, acho, que este desenvolve um trabalho utópico, porque está longe de conseguir cercar todas as necessidades de um deficiente visual que não esteja preparado para ingressar no ensino regular.

## CAPÍTULO III

### A FAMÍLIA DO DEFICIENTE VISUAL

O choque provocado pela deficiência visual em uma família é grande, pois cai por terra tudo aquilo que ela planejou para o futuro do seu filho. Ela imagina que tudo será negado a esta criança ou adulto. Em nossa sociedade, não existe um espaço para o deficiente, considerado como improdutivo e dependente.

Nesse momento de choque, provocado por algo tão desagradável, a família se sente perdida diante da situação, podendo-se perceber, neste momento, diversas atitudes para ~~se~~ encontrar uma explicação ou um culpado pelo fato inesperado.

Ao saber da deficiência, a família não consegue formular, de imediato, raciocínios lógicos de como enfrentar de maneira consciente a deficiência. Todo o planejamento familiar se desmorona, não há lugar para essa pessoa dentro <sup>do</sup> daquele contexto social programado.

A histeria e as interrogações se revesam, através dos seguintes questionamentos:

- Não acredito!
- O que os outros vão dizer de nós?
- Como vamos dizer isto aos amigos?
- O que vai ser do futuro desta criança?
- O que fazer?

A princípio, surgem dúvidas e algumas perguntas como: isto é possível? Este filho não é meu, será que não foi trocado no berçário?

A expectativa da família em relação à criança e o desejo que ela vá além do esperado são marcantes na negação da deficiência.

Muitos pais não vão além da aceitação parcial; acatam o diagnóstico, mas rejeitam as implicações futuras. Ao invés de prosseguirem em um tratamento correto, vão atrás de curas milagrosas, muitos até chegando ao ridículo. E revoltados com os diagnósticos médicos, designa-os como culpados, achando que o tratamento foi ou está sendo inadequado.

Esse sentimento de revolta, acaba normalmente afetando as relações entre o próprio casal. As discussões e acusações se tornam freqüentes, o que importa naquele momento é encontrar um culpado. Porém, a verdade é que entre discussões e revolta, a criança acaba sendo esquecida, deixada à margem.

Enquanto a família vive este impasse, a criança é prejudicada. Ao invés de se buscar alternativas para o seu desenvolvimento social e intelectual, a própria família se auto-polícia. Tem vergonha dos outros e de si mesma.

Neste momento, nem a sociedade e nem a própria família se mostram interessadas em libertar essa criança de seu esconderijo, pois para a sociedade ela não merece nenhum investimento, ela é e será sempre improdutiva; e para a família ela será sempre dependente, nunca será capaz de ser independente e, assim sendo, é melhor mantê-la em casa e evitar humilhações.

Na sociedade capitalista, as pessoas são tratadas como objeto. Apresentar uma pessoa à sociedade é o mesmo que mostrar um carro, uma casa ou uma roupa. Se ela for bonita, que satisfação! Todos elogiam. Isto torna-se motivo de

admiração, de poder; por outro lado, se o “objeto” mostrado for feio, apresentar algum defeito, é motivo de vergonha, de incapacidade e de inferioridade.

Neste tipo de sociedade, tudo gira em torno da imagem e da beleza, e estas, por sua vez, determinam a capacidade, a superioridade e o prestígio.

O deficiente passa a ser considerado um peso morto para a família. Ele, mesmo não sendo, acaba sendo considerado como o motivo de qualquer desacordo ou dificuldade familiar.

O deficiente se torna indesejado, se torna um estranho dentro da família, que não o considera como membro, como pessoa comum, com defeitos e virtudes, capaz de ter suas próprias vontades.

Esse sentimento de rejeição chega ao extremo desejo que ele morra. A necessidade de se ver livre de algo indesejado, de algo improdutivo, torna a família um carrasco impiedoso, frio, que não tira imediatamente a vida de uma pessoa, mas que vai minando aos poucos a vida daquele corpo defeituoso, que só causa problemas e vergonha. E, outras vezes, a família tem reações de superproteção. Aceitam a criança, mas ~~eles mesmos~~ não a consideram normal, interferindo e controlando todas as suas ações.

Os pais acabam castrando a liberdade da criança. Ao sinal de qualquer perigo, os pais correm para socorrê-la. Isto acaba dificultando o processo de independência, comum em todas as espécies de animais.

A criança deve aprender a se defender sozinha; ela é capaz, dentro das limitações que a deficiência lhe impõe, de se adaptar ao meio. A superproteção causa à família e ao deficiente, um sentimento de dependência, da qual eles dificilmente se libertarão, impedindo um perfeito convívio de ambos na sociedade.

Os pais que investem muito no deficiente, esquecendo-se de si mesmo, desenvolvem um padrão de dependência tão forte que suas vidas perdem a razão de "ser" como pessoas diferenciadas do filho. Desenvolve-se, neste sentido, uma relação neurótica que é prejudicial tanto para o deficiente, como para os próprios pais.

Todas essas reações acabam se misturando e confundindo-se umas com as outras, mas, na verdade, isso é fruto de um sentimento de revolta, rejeição e discriminação de um ente deficiente. O deficiente se vê a mercê das atitudes e reações da família e, muito vezes, acaba perdendo sua identidade, tornando um mero objeto nas mãos dela, mãos essas que quase inconscientemente podem afagar, espancar, acolher ou expulsar.

Dentro da sociedade capitalista é perfeitamente compreensível todas essas formas de reações, pois uma família espera que o filho tenha livre acesso à sociedade, possa se firmar e, posteriormente, cuidar dos próprios pais. No caso específico de um deficiente, todo esse planejamento se desmorona, pois, futuramente, tanto os pais como o filho deficiente poderão ficar sujeitos apenas às benesses da sociedade.

Todas essas atitudes e reações, muito vezes patéticas, por parte da família diante de um acontecimento inesperado, deve-se também ao fato de o Estado transferir toda responsabilidade referente à educação, saúde e formação profissional para a família. O Estado e a sociedade apenas investem naquelas crianças que oferecem alguma expectativa de lucro. Aquelas que não "merecem" investimento são excluídas do processo.

A responsabilidade recai sobre a família, cabendo a ela a função de cuidar do seu deficiente e, conseqüentemente, oferecer as condições para que o deficiente se integre à sociedade.

Para o poder público a família é obrigada a zelar pela saúde de suas crianças. *"Em primeiro plano, a saúde das crianças se torna um dos objetivos mais obrigatórios da família"* <sup>2</sup>

Percebe-se, neste momento, um jogo bastante desleal, pois quando uma pessoa nasce é obrigação da família cuidar para que ela se desenvolva saudável. Quando essa pessoa atinge uma idade produtiva dentro do sistema, o poder público a convoca para ~~se~~ ingressar na produção e perpetuar o vicioso círculo de interesse do sistema.

Porém, quando o indivíduo apresenta alguma deficiência, ninguém se interessa por ele. É considerado como pessoa incapaz, improdutivo e, conseqüentemente, será banido do meio social. Já que a família não teve "competência" e cuidado para zelar pela saúde dele, ~~ele~~ <sup>ele</sup> ~~se~~ torna agora a única responsável pela sua sobrevivência.

---

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 199.

## CAPÍTULO IV

### EDUCAÇÃO

A primeira preocupação, no Brasil, com a educação de deficientes apareceu a 12 de setembro de 1854, quando o imperador Pedro II baixou o Decreto Imperial nº 1428 criando o Imperial Instituto de Meninos Cegos - marco inicial da educação de deficientes visuais no Brasil e América Latina. Após o advento da República, esse Instituto passou a denominar-se Benjamin Constant, única instituição encarregada da educação de deficientes visuais no Brasil até 1926, quando foi inaugurado em Belo Horizonte o Instituto Rafael. Em 1934, o Instituto Benjamin Constant foi autorizado a ministrar Curso Ginásial, que em 1946 foi equiparado ao Colégio Pedro II. Em 1946, foi criada a Fundação para Livro do Cego do Brasil, instituição para imprimir livros em caracteres braille - passo importante para a descentralização da Educação Especializada.

Em 1947, o Instituto Benjamin Constant e a Fundação Getúlio Vargas, em regime de cooperação, realizaram curso de caráter intensivo destinado à especialização de professores para deficientes visuais. A partir de 1951, foram realizados cursos de especialização de professores e inspetores para Deficientes Visuais, com alunos de diferentes unidades federativas.

Em 1950, em caráter experimental, foi instalada nas escolas comuns a 1ª classe braille do Estado de São Paulo. Sua oficialização se deu em 1953, pela Lei nº 2.287, regulamentada pelo Decreto nº 26.258, de 12/08/56. Nessa mesma década se admitiu a matrícula do aluno cego no 2º ciclo do curso secundário e o

Conselho Nacional de Educação permitiu oficialmente o ingresso de estudantes cegos em Faculdades de Filosofia.

A frequência em escolas comuns ampliou-se e não deixou dúvidas quanto à possibilidade de ajustamento social do aluno deficiente visual e ao nível satisfatório de seu desempenho de aprendizagem. Foi com essa crença que, de 1975 a 1977, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em convênio com o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP0), trabalham no Projeto de Reformulação de Currículos para Deficientes Visuais. Como se pode ler:

*"...é evidente que o bom desempenho do aluno D.V. na escola comum está condicionado, por um lado, ao indispensável aparelhamento do sistema, a fim de que se diminua o descompasso de aprendizagem do aluno excepcional e, por outro lado, ao oferecimento de condições satisfatórias para garantir atendimento educacional adequado."*<sup>3</sup>

É lamentável a situação em que se encontra o ensino brasileiro. O desinteresse é total por parte dos governos em proporcionar um sistema de ensino que venha atender às necessidades da população.

A escola é vista como um instrumento de perpetuação dos interesses burgueses. Quaisquer elementos estranhos a essa política deve ser banida dela. Os alunos não vêem as suas necessidades reais atendidas. São, pelo contrário, obrigados a engolir tudo aquilo que já vem devidamente mastigado. O ensino funciona como algo exterior à vontade dos alunos, que lhes causa repulsa.

A escola atual é "vista como instrumento da burguesia, que conserva e desenvolve como instituição de natureza ideológica e instrumental para a reprodução de seus interesses, tanto os de natureza cultural quanto os de

---

<sup>3</sup> UERJ/Centro Nacional de Educação Especial. *Projeto de Reformulação de Currículos para Deficientes Visuais*. V. I, p.8.

*natureza material.*<sup>4</sup> Verificamos nesta citação, que numa sociedade como a nossa, a escola somente é mantida enquanto ~~esta~~ <sup>da</sup> cumprir todo o jogo de interesses de ~~uma~~ <sup>da</sup> camada social dominante.

Mesmo a escola para as pessoas ditas “normais” ainda está por se transformar. Com relação às pessoas deficientes, como funciona o sistema de ensino, e qual a relação da escola no atendimento às necessidades desses deficientes?

Praticamente não existem escolas capazes de oferecer um ensino decente ao deficiente visual. A maioria das escolas funcionam em entidades assistencialistas e têm como finalidade apenas o ensino de palavras básicas e manejo do equipamento para a escrita em braille. O aluno cego nunca se desata da relação paternalista que a sociedade lhe impõe. Se pensarmos na realidade do ensino em Uberlândia para Cegos, podemos verificar que até os nossos dias os deficientes são atendidos nas escolas públicas de forma precária. A exemplo disto, podemos ressaltar que os alunos ingressantes na rede estadual não têm apoio, situação esta que ~~lhes obrigam~~ <sup>os</sup> a estudar por via supletivo ou então ~~estudam~~ <sup>estudam</sup> nas escolas estaduais sem terem atendimentos especiais.

É necessário a criação de escolas capazes de fornecer ao deficiente visual condições para que ~~ele~~ se desenvolva intelectualmente, que lhe dê acesso ao conhecimento, lhe propicie condições para ingressar dignamente no mercado de trabalho, permitindo que ~~ele~~ fuja da passividade, da espera da caridade, e se torne um sujeito ativo, com iniciativas próprias, dono de suas ações.

Porém, educação para cegos exige muito mais, e é muito mais complexa e complicada do que para pessoas videntes. Praticamente todo aprendizado de

---

<sup>4</sup> RODRIGUES, Neidson. *Por uma Escola*. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 1986. p. 18.

uma pessoa é adquirido pela visão, pela facilidade de comunicação e distinção através de um simples olhar. O problema do ensino para cegos é grande, pois não <sup>há</sup> se possui pessoal especializados para o trabalho, não <sup>há</sup> se possui material didático adequado, além de que o Estado não <sup>tem</sup> nenhum interesse em patrocinar ~~uma~~ melhoria <sup>nessas</sup> condições de ensino <sup>e</sup>, de outro lado, a própria sociedade também recrimina e impede a ascensão do deficiente. O MEC estima que haja 6 milhões de crianças e jovens até 19 anos com algum tipo de deficiência física ou mental no país. Só 334,5 mil deles estão matriculados em escolas que oferecem atendimento para deficientes, o que significa que 5,7 milhões estão desassistidos. A situação desses estudantes é ainda mais delicada porque a distribuição geográfica das escolas que oferecem serviços especiais é desigual.

Em 1997, apenas 43% dos 5.507 municípios brasileiros ofereciam algum tipo de serviço educacional aos portadores de deficiência. As regiões Centro-Oeste e Sul concentram a maioria dessas escolas, e a região Nordeste é a que tem maior carência desses serviços.

A qualidade do atendimento dado às crianças não está condicionada às condições econômicas dos estados e municípios.

Segundo a Secretaria de Educação Especial do MEC, Pará, Goiás. Paraná e Distrito Federal são as unidades da federação que oferece <sup>o</sup> melhor atendimento aos portadores de deficiência.<sup>5</sup>

Sob este aspecto, não adianta preparar o cego para viver normalmente em sociedade, se a própria sociedade não o aceita como igual. É necessário então,

---

<sup>5</sup> Folha de São Paulo, 25 de agosto de 1998, 3º Caderno Cotidiano, p. 6.

educar e preparar também a sociedade, para que esta aceite o deficiente como um pessoa comum.

A sociedade deve ser esclarecida de que o deficiente, como qualquer outra pessoa, possui habilidades e potencialidades que possam permitir sua ascensão em qualquer ramo de conhecimento. É necessário, então, que se transforme a mentalidade de que um deficiente é inútil e incapaz.

Não adianta apenas o cego querer se integrar à sociedade. É necessário que ela abra as portas e o acolha como indivíduo normal que é. Somente a sociedade detem o poder de determinar a integração ou não do deficiente ao meio social.

A integração do deficiente à sociedade virá a partir do momento em que esta reconhecer no deficiente um indivíduo comum que, como qualquer outro homem, tem necessidade de viver em grupo, em "sociedade."

## CAPÍTULO V

### MERCADO DE TRABALHO

As oportunidades de trabalho para os deficientes visuais em Uberlândia são limitadas ou inacessíveis, prevalecendo a imagem do deficiente como improdutivo e incapaz.

Um outro fator de suma importância com relação ao ingresso do deficiente no mercado de trabalho é a questão da aparência, da imagem. Quem representa a imagem da empresa perante a sociedade é o seu empregado, que, além de se trajar bem, é essencial que tenha uma boa aparência física.

A imagem é considerada um valor de primeira grandeza para a sociedade capitalista e, no mercado de trabalho, ela é cultivada como uma qualidade, como um primeiro sinal de capacidade para exercer a função.

Mas, aos poucos, os deficientes estão conquistando direitos no campo do trabalho, através de movimentos e de campanhas, ao longo dos anos.

A pessoa cega enfrenta, na sociedade, uma série de obstáculos em decorrência de preconceitos e discriminações estereotipadas, da descrença quase generalizada quanto à sua capacidade produtiva, no trabalho.

Se isso ocorre, é evidente que as conquistas sociais, já alcançadas no campo de trabalho, são o resultado de lutas empreendidas pelos próprios deficientes, liderando ações em defesa de seus direitos.

Primeiramente, houve a necessidade de provar que a limitação sensorial não incapacita para um trabalho compatível com a cegueira. Surgiram, então, os

primeiros trabalhadores cegos no exercício de diferentes profissões: operários, artesãos qualificados ou não que, aos poucos, foram e vêm mostrando à sociedade do que são capazes, independentemente das limitações que possuem.

O reconhecimento da capacidade de produção da pessoa cega foi criando algumas oportunidades de trabalho junto a empresa pública e privada e, uma vez aberta a porta do mercado de trabalho, era preciso garantir o apoio e a proteção das leis trabalhistas ao trabalhador cego, como a qualquer outro trabalhador.

Em Uberlândia foi feito um recenseamento no ano 1989, onde constatou-se a existência de 600 portadores de deficiência visual, sendo que desses apenas 230 encontravam-se filiados nas instituições da cidade. Deste total de deficientes, apenas 09 estão empregados no setor público, graças a uma lei que garante 10% de vagas ao portador de deficiência.

A maioria dos deficientes em Uberlândia sobrevive com um salário mínimo garantido por lei, vivendo em uma situação precária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista um número considerável de instituições voltadas à deficiência visual em Uberlândia, ainda existe uma grande quantidade de deficientes sem atendimento, sendo que os que se encontram nas instituições lamentam pela assistência inadequada.

Um dos maiores problemas enfrentados pela classe é o despreparo das instituições para um trabalho mais efetivo com os mesmos, pois não existe em Uberlândia nenhuma instituição preocupada com a qualificação profissional do deficiente e nem mesmo um trabalho que lhe ofereça autonomia social e intelectual.

O fantasma do desemprego afeta a sociedade como um todo e há muita gente qualificada, preparada para competir no mercado de trabalho e que hoje se encontra desempregada em virtude da crise que assola o país. Mas, enfim, este é um problema que tem ocorrido nas últimas décadas não só com o deficiente, que vivência este problema desde sempre.

Os deficientes em Uberlândia que têm mais perseverança, vivem escalando montanhas, buscando chegar ao topo, sem nenhuma proteção e inseguros quanto a atingir o seu ideal, e se serão compensados por esta luta.

É certo que entre um profissional vidente com a mesma qualificação <sup>que</sup> do deficiente, a opção de escolha fica para o vidente.

Esta situação se repete no cotidiano do deficiente e muitos deles já viveram esta situação, <sup>que</sup> o qual é motivo de frustração para a classe que se sente

desmotivada a dar continuidade aos seus estudos. Se observamos o número de portadores de deficiência que concluem o 1º e 2º graus, verificamos que o ingresso do deficiente visual na Universidade é pequeno, comparando com os que deixam o 2º grau.

Nas últimas décadas, apenas dois deficientes conseguiram concluir seus cursos na Universidade de Uberlândia sendo que três abandonaram o curso em eu que me encontro, em fase de conclusão.

me  
encontro  
to  
falta

Gostaria de chamar a atenção para estes dados de grande relevância, até mesmo para justificar minha vida acadêmica, em virtude das inúmeras dificuldades vivenciadas por mim ao longo do curso.

Devo dizer que a Universidade ainda se encontra muito despreparada para atender o portador de deficiência visual. Apesar de este problema não ser enfrentado apenas pela UFU, acho que a questão é séria e merece reflexão.

Considero que este seja um descaso por parte de nossos governantes, pois dar o direito <sup>de</sup> do deficiente de ingressar na escola pública não é solução. O ideal seria dar-lhe condição para ~~o mesmo~~ seguir adiante nos estudos.

Outra coisa importante seria a adequação dos currículos à nossa realidade, pois competimos com igualdade em condição de desigualdade. Acredito que as universidades deveriam atentar para o fato de se colocar uma disciplina que capacitasse ~~a~~ aos seus futuros profissionais no exercício com o deficiente, porque os mesmos alegam que saem da universidade sem qualquer preparo para trabalhar, chocando-se mais tarde com a realidade.

Uma questão séria vivenciada por mim é a falta de material didático que contribuiria para o aprendizado adequado à minha realidade. Não encontrei e, por

isso, sinto que tenho muita defasagem em relação aos meus colegas, não porque eu seja incapaz, e sim pela precariedade do ensino nesse país.

Os primeiros deficientes que estudaram na universidade tiveram mais dificuldade porque não tinham nenhuma assistência aqui dentro, mas quando iniciei o curso, tenho a agradecer à professora Gizelda que, enquanto Chefe do Departamento, me ajudou imensamente, conseguindo uma monitora para auxiliar-me nos meus estudos. Juntamente com o aluno Idari, portador de deficiência física, conseguimos uma profissional lotada na Biblioteca que tem nos auxiliado na adaptação de material, leitura de provas e gravações.

Gizelda sempre compartilhou minhas dificuldades e procurou ajudar-me no que fosse possível, embora nunca tenha sido minha professora.

Não quero dizer que eu seja a favor de se confinar o deficiente numa instituição, segregando-o, privando-o do contato com a sociedade, mas gostaria que o mesmo fosse melhor preparado para a competitividade no mercado de trabalho e para que sua inclusão na sociedade acontecesse de fato. Devo ressaltar que não sou contra a inserção do deficiente no ensino regular, mas para que isto ocorra, acredito que seja necessário todo um aparato para que o mesmo tenha condição de alcançar tal autonomia.

A exemplo disso, temos grandes centros e excelentes instituições que trabalham o deficiente como um todo, desde a sua alfabetização, as atividades de vida prática e diária, o preparo emocional, qualificação profissional, curso profissionalizante, atendendo a todas as necessidades, e ainda oferecendo suporte aos alunos que já deixaram a instituição e estão no ensino regular. Podemos citar a Fundação para o Livro do Cego, Instituto Benjamin Constant, e a Instituição Lara Mara que dão toda assistência necessária ao deficiente.

Gostaria de falar sobre Lara Mara, instituições que deixou-me bastante motivada pelo brilhante trabalho assistencial que vem prestando ao deficiente visual. Situada em São Paulo na Barra Funda, tem se preocupado com a promoção social do deficiente bem como a sua inclusão na sociedade. Esta instituição possui uma infra estrutura totalmente adaptada para atender as peculiaridades do deficiente, assemelhando sua estrutura física a uma fazenda modelo, cujas ruas e estradas são adaptadas, possuindo piso diferenciado, tendo ainda animais embalsamados para que o deficiente possa tocá-lo e sentir seus caracteres e ainda possui uma cascata para que os mesmos ouçam seu som e tenha uma simulação do real.

Nesse sentido, é que percebemos o quanto a cidade de Uberlândia ainda deve aos deficientes. É preciso que seja realizado um trabalho de melhor qualidade voltado a essa classe tão sofrida. Percebemos que, num contexto mais amplo, a nível de Brasil, existem lugares que desenvolvem um bom trabalho com os deficientes. Esta realidade ainda está um tanto quanto longe <sup>para</sup> dos deficientes de Uberlândia desfrutarem. Mas podemos citar na cidade vizinha de Uberaba, o Instituto Brasil Central que há muitos anos desenvolve um bom trabalho assistencial com portadores de deficiência visual, oferecendo-lhes moradia, educação, possuindo convênio com o estado e o município.

Mas, o fato é que Uberlândia abarca um grande número de Instituições trabalhando em prol de uma única causa, "deficiência visual". Por isso, considero que <sup>o</sup> se torna oneroso para o município <sup>é</sup> o fato de <sup>que</sup> todas elas vivem em condições precárias e dividem <sup>anual</sup> anualmente uma subvenção repassada pelo município. Talvez, este seja um dos fatores que <sup>com</sup> contribuem para que a assistência ao portador de deficiência visual seja tão precária.

Enquanto que ~~outras instituições~~ <sup>outras instituições</sup> trabalham de uma maneira eficaz e procuram atender seus deficientes com mais eficácia, resta aos deficientes visuais ~~inúmeras instituições~~ <sup>inúmeras instituições</sup>, mas nem uma delas consegue atendê-lo plenamente.

## **FONTES**

### **- Entrevistados**

- Ricardo Ferreira de Souza 14/04/55
- Luzia Aparecida Neves do Nascimento 06/06/68
- Maria José da Silva 10/05/64
- Lázaro Olavo Silva 16/04/47

### **- Jornais**

- FOLHA de São Paulo, 25 de agosto de 1998, 3º Caderno Cotidiano.
- FOLHA de São Paulo, 13 de setembro de 1998, Caderno de Esportes.

### **- Outras Fontes**

- Livros de Atas, Estatutos e Revistas da ADEVITRIM, ASSOCEGO e PRÓ-LUZ

## BIBLIOGRAFIA

- 01 - FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- 02 - FUNDAÇÃO Hilton Rocha. *Braille*. V. III nº 04, Belo Horizonte. Dez/87.
- 03 - MASINI. *O Perceber e o Relacionar-se do Deficiente Visual: orientando professores especializados*. Brasília: CORDE, 1994.
- 06 - RODRIGUES, Neidson. *Por uma nova Escola*. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 1986.